

---

# NOVA DIREITA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (2016-2021) E A (DES)INTEGRAÇÃO MERCOSULINA<sup>1</sup>

NEW RIGHT AT BRAZILIAN FOREIGN POLICY (2016-2021)  
AND MERCOSUR (DIS)INTEGRATION

---

DOI: 10.5380/cg.v%vi%i.86242

**Carolina Pereira Madureira<sup>2</sup>**

**Raimundo Jucier Sousa de Assis<sup>3</sup>**

**Giovana Mira de Espíndola<sup>4</sup>**

## Resumo

O objetivo deste artigo é perquirir os influxos da “virada para a nova direita” na política de cúpula brasileira para a coordenação e integração política latino-americana, fomentando a discussão sobre a participação do Brasil enquanto potência regional, que leva à seguinte pergunta norteadora: a retórica e prática implementadas pela política externa da “nova direita” no Brasil (2016-2021) representam mudanças para a integração mercosulina? A hipótese da pesquisa é que os discursos oficiais e escolhas políticas a partir da ascensão da extrema direita no Brasil (2016-2021) inclinam-se ao distanciamento regional do MERCOSUL. Em termos metodológicos, optou-se pela pesquisa qualitativa, com análise bibliográfica e utilização da análise de conteúdo enquanto técnica de pesquisa, operacionalizada por meio do levantamento de dados (notícias jornalísticas, normativas do Ministério da Justiça e Segurança Nacional, clipping do sítio virtual do Ministério das Relações Exteriores) com ênfase nos posicionamentos dos chefes de Estado brasileiros sobre integração regional entre 2016 e 2021. Constata-se que este cenário de paralisia decisória do bloco possui raízes históricas advindas de governos anteriores e do “modelo de MERCOSUL” da Política Externa Brasileira, tendo os discursos oficiais da diplomacia presidencial (2016-2021), porém, acentuado a postura de distanciamento regional.

Palavras-Chave: MERCOSUL; Integração regional; Política Externa Brasileira; Nova direita.

## Abstract

The objective of this article is to investigate the influences of the “turn to the new right” in the Brazilian summit policy for Latin American political coordination and integration, promoting the discussion about the participation of Brazil as a regional power, which leads to the following guiding question: Do the rhetoric and practice implemented by the foreign policy of the “new right” in Brazil (2016-2021) represent changes for Mercosur integration? The research hypothesis is that the official discourses and political choices from the rise

---

<sup>1</sup> Artigo financiado com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), sendo permitido o compartilhamento com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pós-graduada e graduada em Direito pela UFPI. Docente do Departamento de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA-CE). E-mail: [madureiracarolina@yahoo.com.br](mailto:madureiracarolina@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1869-9510>.

<sup>3</sup> Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenador do Diretório de Pesquisa Geopolítica, Capitalismo e Natureza (UFPI). E-mail: [raimundojucier@ufpi.edu.br](mailto:raimundojucier@ufpi.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6573-7175>.

<sup>4</sup> Doutora em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Docente na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenadora do Diretório de Pesquisa Geopolítica, Capitalismo e Natureza (UFPI). E-mail: [giovanamira@ufpi.edu.br](mailto:giovanamira@ufpi.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2691-8496>.

of the extreme right in Brazil (2016-2021) lean towards the regional distancing of MERCOSUR. In methodological terms, qualitative research was chosen, with bibliographic analysis and use of content analysis as a research technique, operationalized through data collection (journalistic news, regulations from the Ministry of Justice and National Security, clipping from the website of the Ministry of Foreign Affairs) with an emphasis on the positions of Brazilian heads of state on regional integration between 2016 and 2021. The conclusion is that this scenario of decision-making paralysis of the bloc has historical roots arising from previous governments and the “MERCOSUR model” of Foreign Policy Brazilian. The official speeches of presidential diplomacy (2016-2021), however, accentuate the posture of regional distancing.

Keywords: MERCOSUR; Regional integration; Brazilian Foreign Policy; New right.

## 1. INTRODUÇÃO

Integrar é mais que relacionar. Iniciativas em integração regional, progresso dos povos e coordenação entre nações, resquícios do segundo pós-guerra e forjadores da Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) promoveram impactos também no Cone Sul.

O processo de institucionalização mercosulino sofreu influência da sedimentação de Blocos Regionais importantes na década de 90 - North American Free Trade Agreement (NAFTA) e a União Europeia (UE) – e das peculiaridades em âmbito regional: as propostas do contexto da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), as experiências da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) e da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração).

Assim, o projeto MERCOSUL não representou em sua gênese uma reação passiva “a partir de uma lógica econômica imposta de fora” (CAMARGO, 2006, p. 63). Simbolizou a evolução em um momento de cooperação para *mirar hacia el sur*<sup>5</sup> para a obtenção de vantagens competitivas entre os países e fomento das relações econômicas na América do Sul que, embora tenha espelhado movimentos externos, o fez com contornos bem próprios.

O processo de integração subcontinental mercosulino, por meio de uma União Aduaneira não ortodoxa – no decorrer dos 31 anos da assinatura de um tratado quadrilateral, o Tratado de Assunção – passou por diversas fases. Desde o fim dos anos 1990, o MERCOSUL encontra dificuldades para consolidar as pretensões iniciais consignadas no tratado e se irradiar por todo o continente sul-americano enquanto mercado comum, imbuído dos objetivos da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (CAMARGO, 2006).

Estabelecidas essas premissas, o eixo norteador deste artigo arvora-se nas possibilidades de elástico do regionalismo no espaço sul-americano em um cenário de indeterminação e transformação do sistema internacional marcado, na América Latina, pela “virada para a nova direita” na política de cúpula. Esse redesenho institucional, pela sua contemporaneidade e impactos na política externa, vem provocando cientistas políticos e internacionalistas a pensar sobre os novos

---

<sup>5</sup> Em tradução livre “olhar para o sul”. A frase representa o espírito diplomático da época, com os estafes diplomáticos dos países estavam voltados à cooperação no Cone Sul.

contornos do posicionamento do Brasil frente à Ordem Internacional. Neste prisma, o Brasil – cuja expressividade em termos econômicos e extensão territorial o projetam enquanto ator regional – possui peso institucional relevante no âmbito do MERCOSUL. Assim, a discussão sobre a participação brasileira nos rumos da integração regional leva à seguinte pergunta norteadora: “A retórica e prática implementadas pela política externa da “nova direita” no Brasil (2016-2021) representam mudanças para a integração mercosulina?”.

A hipótese da pesquisa é que os discursos oficiais e escolhas políticas a partir da ascensão da extrema direita no Brasil (2016-2021) inclinam-se ao distanciamento regional do MERCOSUL. Os influxos neoconservadores na política externa brasileira, materializados em discursos oficiais, denotam a ausência de coordenação federativa e diplomática, representando a cristalização de uma postura que agrava a paralisia política e econômica do MERCOSUL, ainda adstrito ao paradigma da intergovernabilidade e regra do consenso nas suas decisões.

A escolha do período no qual se debruça o artigo advém das similaridades na agenda exógena entre os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-). Os pontos de convergência da política externa do governo Temer com o período pós-2018 ancoram-se tanto pelo discurso de desvinculação das administrações antecessoras (governos Lula da Silva e Dilma Rousseff) quanto pela ênfase nos temas de desideologização, comércio e segurança (MOREIRA, 2020).

Optou-se pela pesquisa bibliográfica e qualitativa do tipo análise de conteúdo, cumprindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados (BARDIN, 2011). A análise da retórica da diplomacia presidencial com a ascensão da “nova direita” no Brasil é viabilizada pela utilização de notícias jornalísticas, normativas do Ministério da Justiça e Segurança Nacional e posicionamentos dos chefes de Estado em matéria de integração regional (2016- 2021) disponíveis na plataforma virtual do MRE.

Isto posto, no primeiro tópico, a ênfase está na caracterização da ascensão ideológica e eleitoral da Nova Direita no Brasil e na América Latina. Em um segundo momento, é objeto de análise a diplomacia presidencial na política externa brasileira - conceitualizada por Sérgio Danese (2017) – bem como no dever constitucional de integração regional no Brasil e na movimentação da política externa brasileira quanto aos temas mercosulinos. Por fim, o realinhamento político com a ascensão da Nova Direita no Brasil é examinado descritivamente e através da análise de conteúdo dos discursos oficiais disponibilizados pelo site do MRE e suas possíveis repercussões para o MERCOSUL.

## **2. VIRADA PARA A “NOVA DIREITA” NA POLÍTICA DE CÚPULA BRASILEIRA E LATINOAMERICANA**

O presente trabalho centra-se na ascensão ideológica e eleitoral da Nova Direita no Brasil e na América Latina, enquanto movimento *anti-establishment* transnacional (MADUREIRA; ASSIS,

2021). Caracteriza-se como um modelo ideológico-político de vocação capitalista, com valores tradicionais, nacionalistas, conservadores e de livre mercado com implicações relevantes na tessitura das relações interestatais (LIMA; ARAÚJO; ASSIS, 2021). Dessarte, não implica um retorno a moldes antigos, mas uma nova forma de conduta política, amparada em slogans de social-democracia e liberalismo cultural.

Os termos “direita” e “esquerda” foram cunhados em uma distribuição de espaços para melhor agrupamento de posições políticas em 1789 na Assembleia Constituinte francesa e, desde então, suas acepções ideológicas são alvo de diversos agrupamentos e subagrupamentos para posicionar os agentes políticos frente à realidade (CRUZ, 2015). Como contextualização histórica, o termo “virada para a nova direita” denota um novo movimento, diverso da “era do conservadorismo” vivido nos países centrais entre 1970-1980 com os governos Margaret Thatcher (1979-1990) no Reino Unido e Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos. Esse movimento de ideologia neoliberal vai paulatinamente se espalhando e alcança posteriormente a América Latina “especialmente o Peru (Alberto Fujimori), a Argentina (Carlos Menem) e o Brasil (Fernando Henrique Cardoso)” (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 117).

Nos anos 2000 ascende a chamada “maré rosada”, com uma onda de governo de esquerda na América Latina, aqui bem sintetizada:

As vitórias de Lula da Silva (2002; 2006) e Dilma Rousseff no Brasil (2010; 2014), de Michelle Bachelet no Chile (2006; 2014), Néstor (2003) e Cristina Kirchner (2007; 2011) na Argentina, José Mujica no Uruguai (2010), Evo Morales na Bolívia (2006), Hugo Chávez (1999; 2001; e 2007) e Nicolás Maduro (2012) na Venezuela e Rafael Correa no Equador (2007) estimularam muitos politólogos a tentar compreender o ressurgimento da esquerda na região (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 118).

Explana Lucas Ribeiro Mesquita (2021) que este período de eleição de presidentes no âmbito do MERCOSUL com uma perspectiva político partidária de centro-esquerda permitiu a consolidação da área social da integração e a “socialização de uma elite decisória interessada na introdução de elementos sociais e políticos” (MESQUITA, 2021, p. 274). Ato contínuo a essa “maré rosada”, apresenta-se a “virada para a nova direita”, enquanto modelo ideológico-político.

Analisando a ascensão do conservadorismo na Argentina e Brasil (2003-2018), as autoras Karina Calandrin e Vitória Ramos (2022)- relacionam o temor das elites com as consequências de políticas de envergadura popular e o crescimento da direita política, destacando, enquanto características comuns aos dos países países “o nacionalismo, a demonização de políticas públicas, a crença na dominação do comunismo” (RAMOS; CALANDRIN, 2022, p. 86).

Importante ressaltar que a “virada para a direita” não implica um retorno a moldes antigos, umbilicalmente ligados à era Thatcher, mas uma nova forma de conduta política, amparada em slogans de social-democracia e liberalismo cultural. Representa um movimento que se pauta nos meios de comunicação de massa e na heterogeneidade de seus preceitos. Em seu cerne, demonstra

uma postura política que mantém características da velha direita, de que são exemplos o capitalismo como modelo econômico e preceitos morais tradicionais, ladeada à concordância com políticas sociais implementadas pela esquerda, em razão de seu apoio popular (CRUZ, 2015; CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015). Nesses termos:

a velha direita latina pode ser enquadrada em três statments: i) ligação com as ditaduras militares; ii) defesa radical da não intervenção do Estado na economia; iii) defesa da moral cívica e da família tradicional. A nova direita, que surge como resposta dupla à velha e à ascensão da esquerda também em três: i) liberalismo econômico, com intervenção limitada do Estado na economia para garantir igualdade de oportunidades; ii) defesa da democracia; iii) defesa radical dos valores da família tradicional direita (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 127).

Isto posto, a ascensão desse movimento político na América do Sul foi produto de fatores externos e internos, cujos contornos em cada país são diferentes e englobam as peculiaridades locais (LIMA; ARAÚJO; DE ASSIS, 2021). Embora compreenda um todo não homogêneo e polissêmico, a diversidade de abordagem do tema não obsta a listagem das características que compõem seu núcleo duro, nas quais se integram o nacionalismo, a xenofobia e posturas antidemocráticas (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019), características que no Brasil, conforme análise do próximo tópico, reverberam na política externa (PEB).

Divergindo do viés mais social na integração regional no início da década de 2000 com a “maré rosada”, a eleição dos governos liberais-conservadores Mauricio Macri (2015), Temer (2016), Bolsonaro (2018), Cartes (2013) e Mario Abdo (2018) implicou em uma retomada do viés econômico em detrimento do social nos rumos mercosulinos. Duas grandes mudanças institucionais denotam essa diminuição de relevância das pautas sociais: a extinção do cargo de Alto Representante Geral do MERCOSUL (2017) e o não preenchimento da Coordenação da Unidade de Participação Social, bem como a redução de suas atividades (MESQUITA, 2021). No que tange especificamente ao Brasil:

O caso brasileiro é sintomático. No Governo Temer há uma reformulação importante na estrutura da Presidência da República que passa a não mais incorporar o Programa Mercosul Social e Participativo no rol das articulações da Secretaria de Governo da Presidência relacionados à participação social. Embora não tenha sido formalmente extinto, o PMSO desde 2016 não realiza reuniões internas e organização para as Cúpulas Sociais, as quais também não ocorreram mais no âmbito do bloco (MESQUITA, 2021, p. 282)

No Brasil, as eleições de 2018 revelam-se como ponto de inflexão pela superação da polarização do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT) e pela vitória do candidato que, durante sua campanha, utiliza-se do discurso da anti-política e antipartidarismo. Completa o cenário a perda de representação no Congresso Nacional dos três principais partidos do país, o PT, o PSDB e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o que reforça a rejeição das agremiações (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019).

As Eleições de 2018 desenham a assunção de um “novo e extremado tipo de direita política” que também significa um declínio da “direita moderada”, que predominou na democratização, sobretudo com o PSDB. A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro (2018) anuncia a dimensão brasileira de um fenômeno já observado em outras partes do mundo (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019) e que será, com esse trabalho, abordado sob o prisma da política externa em matéria de integração regional.

A escolha do período da pesquisa dá-se, a um, pela necessidade de compreensão das Eleições de 2018 como fenômeno não- isolado de momentos predecessores na história brasileira. Em mesmo plano, a opção pelo período 2016-2021 deu-se pela possibilidade de defesa de um *eixo continuum* entre os governos Temer-Bolsonaro em política externa no que tange à integração regional, ainda com as modificações em indicações para o Ministério das Relações Exteriores.

Os pontos de convergência da política externa do governo Temer com o período pós-2018 podem ser sintetizadas no discurso de desvinculação das administrações antecessoras e na ênfase nos temas de desideologização, comércio e segurança nas agendas exógenas (MOREIRA, 2020). Assim, as gestões de Temer e Bolsonaro se assemelham “em escolhas, como por exemplo, o distanciamento dos países aliados do PT (Venezuela, Bolívia, Cuba) e a aproximação com países ocidentais e tradicionais (EUA, Europa, Israel)” (MOREIRA, 2020, p. 07).

Essas características, comuns entre os governos em política externa se mantêm ainda com a sucessiva modificação para Ministro das Relações Exteriores, pois, como explana Daniel Sorato Moreira (2020, p. 08) “tanto José Serra (2016-2017), quanto Aloysio Nunes (2017-2018) e Ernesto Araújo (2019-atual) mantêm discursos, ações e estratégias similares nesses três eixos de Política Externa Brasileira”.

### 3. DIPLOMACIA PRESIDENCIAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL MERCOSULINA

A diplomacia de cúpula, realizada por chefes de Estado e de governo, opera-se tradicionalmente desde a consolidação dos Estados-nação, enquanto a diplomacia presidencial – diplomacia de cúpula conduzida direta e pessoalmente pelo Chefe de Estado - teve como marco o governo de Theodore Roosevelt (1901- 1909) e, no Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso (1993-2003), quando a expressão ganha expressividade institucional e na literatura, embora já houvesse tido exemplos relevantes no Brasil como a visita de Campos Sales à Argentina (1899) (DANESE, 2017; PRETO, 2006).

Segundo Danese (2017), a articulação política do governo Fernando Henrique Cardoso inaugurou, no Brasil, a participação pessoal dos mandatários na concepção e execução da política externa para além de suas atribuições *ex officio* advindas da Constituição. Tendo sua atuação promovido, para o autor, o estreitamento de relações internacionais entre países enquanto



ferramenta de *soft power* de *vis atractiva*, cuja continuidade, contingencial a cada governo e espectro ideológico, permaneceu na política externa brasileira.

A importância da diplomacia presidencial em uma união aduaneira composta de países presidencialistas relaciona-se à ingerência dos propósitos de governo nos objetivos de Estado e na capacidade que a volatilidade inerente aos mandatos possui de atrasar ou impulsionar o estreitamento de relações interestatais. A política externa não é alheia aos processos internos, sendo necessária a abordagem da integração em perspectiva doméstica e normativa também no que diz respeito ao Brasil.

Ramo do Direito Internacional Público que trata dos mecanismos de formação dos blocos econômicos entre os países, o Direito da Integração está focado no paradigma da intergovernabilidade e o ideal integracionista previsto no preâmbulo do Tratado de Assunção. O dever da política externa brasileira movimentar-se no intuito da integração regional advém ainda da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) cujo parágrafo único do artigo 4º determina, expressamente, que a “República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Embora deva se voltar à integração regional, a política externa brasileira assume posições divergentes quanto ao tema. Durante a crise política instaurada ainda no segundo governo de Dilma Rousseff já se avistava a integração regional com formas de um regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico (CAETANO; LOPEZ BURIAN; LUJÁN, 2019), com enfraquecimento de rumos integracionistas, de que é exemplo o elo Brasil-Argentina.

A gestão externa nos governos Lula-Dilma - imediatamente antecessores aos atuais governos, apesar da retórica mais à esquerda do espectro ideológico – possuiu uma postura pragmática na PEB, tanto quando Celso Amorim esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores (2003-2011) quanto seus sucessores, também em matéria de integração regional. O modelo de MERCOSUL pode ser observado em maior ou menor proporção em todas as gestões dos Chefes de Estado brasileiro, existindo um modelo brasileiro de se integrar ao Cone Sul.

Ao tratar da mudança na política externa brasileira e do movimento pendular de aproximação desta dos interesses sul-americanos, Santos (2019) delinea a conjunção entre crise econômica e institucional de corrupção enquanto comprometedoras do projeto regional dos governos petistas. Associa, ainda, o governo Temer com uma abertura comercial multilateral e “uma política externa de escassa iniciativa e planejamento, conforme a orientação geral da globalização pregada por corporações e organismos multilaterais” (SANTOS, 2019, p. 56). Passa-se, então, à análise mais detida dos recortes espaço-temporais do objeto de estudo, que possuem relação direta com o processo de realinhamento da política externa brasileira com a ascensão da Nova Direita.

#### **4. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA COM A ASCENSÃO DA NOVA DIREITA NA POLÍTICA DE CÚPULA: DISCURSOS DOS CHEFES DE ESTADO EM INTEGRAÇÃO REGIONAL (2016 – 2021)**

No que tange à política externa brasileira do triênio (2016-2019), esta se caracteriza pelo rompimento com o período conduzido pelo Partido dos Trabalhadores e, ato contínuo, pela continuidade entre os governos Temer-Bolsonaro marcada pelo estremecimento das relações com os parceiros Sul-Sul, no qual se contextualiza o progressivo distanciamento da Venezuela seguido de um estreitamento das relações com os EUA (MOREIRA, 2020). Embora existam pontos de afastamento na agenda internacional dos dois governos, como a maior atenção dada às relações sino-brasileiras pelo governo Temer, no que tange ao objeto de análise do artigo, os pontos de convergência se sobrepõem.

Feita essa caracterização inicial, a análise contextualizada dos discursos justifica-se por serem instrumentos de política externa, representando interlocução entre os atores interregionais e compondo um arcabouço institucional construído para além dos tratados. Assim, a análise de conteúdo da retórica presidencial tornou-se possível através das transcrições disponibilizadas pelo site do Ministério das Relações Exteriores, tendo sido feita a triagem daqueles que se relacionam à integração regional mercosulina.

Embora tenha se esforçado para desvincular-se da trajetória petista, a política externa do governo Temer se ancorou na construção da imagem do Brasil como um país defensor da ordem internacional vigente para captar investimentos estrangeiros (SALGADO; BRESSAN, 2020). Já enquanto características da política externa brasileira pós-2018, se sobressai a postura anti-globalista, nacionalista e protecionista inferida pela auto-intitulação do chefe de Estado e Governo brasileiro enquanto “Trump Tropical”. As semelhanças retóricas entre a política externa dos governos Trump e Bolsonaro centralizam-se na oposição ao multilateralismo, críticas à Organização das Nações Unidas (ONU), às relações comerciais sino-brasileiras e ao governo venezuelano (NEGRI; ANDRETTA; PENKAL, 2021).

Como exemplo, o discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Cúpula de Líderes do BRICS em novembro de 2020, no qual empreende comentários acerca da necessidade de reformas institucionais no âmbito onusiano: “não há exemplo mais claro da necessidade de democratizar a governança internacional do que a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas” (MRE, 2020).

O apoio à deposição de Nicolás Maduro e a aproximação ideológica com os Estados Unidos são ponto de destaque na política externa do governo Bolsonaro. Na condição de chefe de Estado brasileiro, e já apresentando indícios dos contornos de sua diplomacia presidencial, Jair Bolsonaro realizou visitas à CIA fora da agenda oficial e discutiu de forma pública a possibilidade de asfixiar economicamente o governo venezuelano, chegando a reconhecer o líder opositor Juan Guaidó



enquanto presidente interino, ladeado ao então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em janeiro de 2019 (BBC, 2019).

Sob o enfoque da integração regional mercosulina, tem destaque o estremecimento das relações Brasil-Venezuela, que já se denotava no discurso do então Presidente da República, Michel Temer, por ocasião da Sessão Plenária da VIII Cúpula das Américas no Peru em abril de 2018: “comentei até com o senhor presidente da Colômbia, há pouco tempo atrás: nós tentamos mandar remédios e alimentos para a Venezuela, o que foi negado pelo governo venezuelano. Portanto, eu reitero que já não há espaço em nossa região para alternativas à democracia” (MRE, 2018).

Posteriormente, em junho de 2018, na Sessão Plenária dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul, Estados Associados e Convidados Especiais em Assunção no Paraguai, o então chefe de Estado reiterou a aplicação do Protocolo de Ushuaia em razão de “uma certa ruptura existente na ordem democrática na Venezuela” e “eventual deterioração humanística” no país (MRE, 2018). Em mesmo sentido foram as declarações do Presidente eleito em 2018 em entrevista a José Luiz Datena, na Band, no dia 5 de novembro do mesmo ano: “Pela cláusula democrática, a Venezuela não tinha que estar no Mercosul” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Além da temática venezuelana, outro exemplo é a uniformização das placas do Mercosul, cujo uso, determinado pela Resolução nº 729/2018 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) seguindo o padrão determinado pela Resolução 33/14 do Mercosul, também foi objeto de críticas pelo governo. Em entrevista à Band TV em outubro de 2018, o chefe de Estado e governo pontuou “Essas placas [do Mercosul] não são de interesse nacional (...) No que depender de mim, vamos colocar um ponto final nisso”. O intuito das placas, já implantadas na Argentina e Uruguai desde 2014, é facilitar o trânsito entre os países mercosulinos e coibir fraudes, através de um banco de dados único nos países do Cone Sul (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

As pautas mercosulinas não são, portanto, ignoradas nos pronunciamentos de Temer e Bolsonaro. Se o Discurso do Presidente Michel Temer em setembro de 2018 na abertura do Debate Geral da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas menciona o Pacto Global sobre Migração e os esforços brasileiros, com o auxílio do Alto Comissariado para Refugiados (ONU), para adequar-se à onda migratória na América Latina (MRE, 2018), o discurso se modifica quando o Ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro, Ernesto Araújo, durante cerimônia de posse no Ministério das Relações Exteriores em 2019, reitera que o “Itamaraty não pode ser melhor do que o Brasil” e continua “No sistema multilateral político, especialmente na ONU, vamos reorientar a atuação do Brasil em favor daquilo que é importante para os brasileiros – não do que é importante para as ONGs” (MRE, 2019).

Em julho de 2019, o discurso do Presidente da República na Sessão Plenária dos Chefes de Estado durante a LIV Cúpula do MERCOSUL saúda a conclusão do Acordo de Livre Comércio com a União Europeia e enfatiza o compromisso brasileiro com a “modernização e abertura do bloco” e “cooperação entre os membros do Mercosul”, porém “sem o viés ideológico” (MRE, 2019).

Em mesma tônica, na Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Conselho do Mercado Comum em dezembro de 2020, o trigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Assunção é pauta enquanto “oportunidade para refletir, não só sobre os êxitos que obtivemos nesse período, mas também sobre os passos que devemos dar para alcançar a integração que queremos” e continua: “Nos últimos dois anos o MERCOSUL vem retomando seu espírito original, e deixamos muito claro que a integração está indissociavelmente ligada à vigência da democracia” (MRE, 2020). Também em dezembro, na Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Cúpula Presidencial do PROSUL, o Ministro celebrou a criação do PROSUL enquanto “substituição correta e urgente de uma experiência tão negativa como a da UNASUL” e uma “oportunidade de resgatar os verdadeiros laços que unem os sul-americanos” (MRE, 2020).

Com outra retórica, na 58ª edição da Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados, em 08 de julho de 2021, o atual presidente do Brasil referiu-se a uma “imagem negativa” do MERCOSUL, que deveria ser superada para que o bloco não persista como “sinônimo de ineficiência, desperdício de oportunidades e restrições comerciais” e continuou: “Os nossos países têm um potencial fantástico. Obviamente, o do Brasil é maior pela sua extensão territorial (...)” (MRE, 2021).

Corroborando para o cenário de dissensos no bloco, mesmo na comemoração de 30 anos do MERCOSUL Uruguai e Argentina rivalizaram. O presidente argentino, Alberto Fernández, convidou o Uruguai a “pular do barco” se considera que a “carga” do MERCOSUL é muito pesada (EL PAÍS, 2021). Na oportunidade, a Argentina reiterou seu posicionamento contrário à negociação de acordos com países fora do bloco, enquanto Uruguai e Paraguai permanecem favoráveis (MOLINA; GÓRTAZAR, 2021).

Em mesmo contexto, Uruguai manifesta interesse, já há duas décadas, de ampliar a quantidade acordos comerciais com outros países para além do bloco (ESTADO DE MINAS, 2021), sendo acompanhado por Brasil (G1, 2021) e Paraguai, que confluem para uma postura permissiva aos acordos bilaterais com países fora do bloco, enquanto Argentina reitera sua postura protecionista. Essa rivalidade foi novamente evidenciada na passagem da presidência *pró-tempore* da Argentina para o Brasil em 08 de julho de 2021 e tangencia, de igual modo, a ausência de consenso quanto à gradação da redução da Tarifa Externa Comum (TEC), celeuma protagonizada por Uruguai, Brasil e Argentina.

Ademais, o distanciamento de rumos integracionistas na PEB do governo Bolsonaro (2019-2022) tem como exemplo o estremeado elo entre Brasil e Argentina, maximizado com a conturbada relação entre os atuais governos e evidente em 2021 na passagem da presidência *pró-tempore* da Argentina para o Brasil. Restou afetada, portanto, a otimização de rumos integracionistas, como exemplo o estremeado elo entre Brasil e Argentina, maximizado com a conturbada relação entre os atuais governos.

Outro ponto de destaque é a emergência de arranjos políticos neoconservadores sobre as políticas migratórias, com a erupção de discursos anti-migratórios e de fortalecimento das convicções nacionais (LIMA; ARAÚJO; DE ASSIS, 2021). No prisma migratório, encontra vazão através da Portaria nº 666, publicada em 26 de julho de 2019 pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública do governo eleito em 2018, que teve como intuito regulamentar as disposições da Lei nº 13.442/17 (Nova Lei de Migração). Embora tenha fulcro regulamentar e, portanto, acessório às disposições legais, a Portaria teve sua constitucionalidade e legalidade questionadas ao contrastar com os princípios norteadores da progressista Lei nº 13.442/17 (MENDES; DE MENEZES, 2019).

A Portaria versa sobre o impedimento de ingresso, repatriação e deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal, como também alberga conceitos indeterminados da sorte de “pessoas perigosas para a segurança do Brasil” e “ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal”, revisitando a doutrina da segurança pública e rompendo com a construção de políticas migratórias humanitárias.

Para Ruseishvili e João Chaves (2020), essa esperada contradição entre a aprovação de uma lei com principiologia voltada à universalidade dos direitos humanos, a não criminalização da migração e ao repúdio à xenofobia ser regulamentada por uma Portaria centrada em princípios de segurança pública e deportabilidade “se dá entre a concepção clássica da soberania como exercício de monopólio de poder sobre um território e as forças centrípetas do modelo da governança global” (RUSEISHVILI; CHAVES, 2020, p. 34).

Essa prática discursiva e de políticas públicas, conservadora e nacionalista, para Culpí, Mèrcher e Pereira (2021), revela-se, no Bolsonarismo, com a materialização de valores xenófobos através de discursos anti-migração, com a construção de um imaginário de “ameaça comunista” e “venezualização do Brasil”. Ocorre que o tema da integração regional está umbilicalmente ligado ao fenômeno migratório e sua relevância para desenvolvimento de relações entre os países da América do Sul, impactados por essa retórica e prática anti-migratória implementada pela “nova direita”.

Para além da questão migratória, são também importantes ao debate os contrastes entre, de um lado, a relevância das pautas ambientais nas relações mercosulinas - sustentabilidade como baliza para a expansão das relações comerciais entre os blocos econômicos (para a ratificação do Acordo de Associação UE-Mercosul, por exemplo)-, e, de outro, as posições recentemente adotadas pelo Itamaraty: os posicionamentos oficiais quanto ao desflorestamento amazônico, o cancelamento da oferta da posição de anfitrião da 25ª Conferência das Partes (COP 25) em 2019, os discursos de crítica a ONGs e ao multilateralismo nos discursos oficiais do Ministério das Relações Exteriores.

Neste prisma, a imagem negativa da política externa brasileira influenciou no Acordo MERCOSUL-UE (MRE, 2019), acordo mega-regional em fase de revisão técnica e jurídica, que teve sua ratificação obstaculizada, dentre outros fatores, pela resistência do bloco europeu com os

baixos *standarts* brasileiros em matéria ambiental - cujo principal expoente é o desflorestamento amazônico (NEGRI; ANDRETTA; PENKAL, 2021).

Desde 1994, o Acordo vem sendo negociado (Protocolo de Intenções em Bruxelas), tendo esfriado, as negociações foram novamente catapultadas por meio do cenário político criado pelo impeachment de Dilma Rousseff, em 2016 - enquanto política do governo Michel Temer -, e a ascensão de Mauricio Macri na Argentina, em 2015 (PENNAFORTE; RIBEIRO; BONES, 2018).

O Acordo se estabelece em um contexto geopolítico no qual a pressão sobre os territórios com reservas de biomas para a expansão dos usos para a exportação de *commodities* é considerável. As alianças do governo brasileiro com as principais classes que dominam a reprimarização afetam também as decisões com o MERCOSUL e os demais blocos econômicos, implicando em riscos de retomada da postura de distanciamento da política externa brasileira da América Latina.

Do exposto, ao passo que a postura do governo Temer na gestão exógena tem contornos pragmáticos, a política externa do governo Jair Bolsonaro possui duplo viés: ao passo em que preza por uma condução economicamente pragmática, ascende uma “ala olavista”<sup>6</sup> de retórica antiglobalista que se contrapõe ao pragmatismo econômico, e que visa apoio eleitoral e a guerra cultural doméstica (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019):

a mescla de grupos de interesses que compõem o governo Bolsonaro ensejam, no seu primeiro ano, uma política externa brasileira repleta de contradições e, supostamente, incoerências. Enquanto que parcelas do governo, representadas pelos Ministérios da Economia, Agricultura, Minas e Energia, a vice-presidência e os setores da burocracia como o Banco Central, aspiraram uma política externa economicamente pragmática, que preze pelos respectivos interesses materiais das elites econômicas, a ala olavista, pelo seu receio antiglobalista, inclinavam-se a um alinhamento com a política trumpista que tensiona com, por exemplo, as relações econômico-comerciais brasileiras com a China e os países árabes, assim como quase levam o Brasil a um conflito armado com a Venezuela (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019, p. 112)

Enquanto contrafactual, o padrão de comportamento ínsito à projeção internacional do Brasil, para Marcelo Passini Mariano e Haroldo Ramanzini Júnior (2012), limita a ampliação do MERCOSUL e o aprofundamento do bloco com origens mais longínquas que o governo Bolsonaro-Temer. Para os autores, no Brasil “as mudanças de governo não necessariamente eliminam as linhas principais da conduta externa brasileira que se baseiam na autonomia e no desenvolvimento” (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012, p. 28). Ainda para exemplificar essa correlação entre o desenvolvimento do bloco e a política externa brasileira em sua autonomia:

o principal, embora não o único, limite estrutural da integração no Cone Sul é a própria regularidade do comportamento externo brasileiro. Essa regularidade, além de dar previsibilidade à ação internacional do Brasil, torna relativamente improváveis mudanças importantes nesse padrão de comportamento. Por conta

---

<sup>6</sup> Olavo Luiz Pimentel de Carvalho é um intelectual brasileiro cujas produções inspiram – de modo autoproclamado – gestores do governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

disso, entendemos que os fundamentos da política externa brasileira limitam a amplitude do processo de integração. De certa forma, podemos dizer que o Mercosul possível é o Mercosul que é compatível com a linha de continuidade da política externa brasileira (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012, p. 31).

Nesse sentido, de que a política externa brasileira goza de um eixo de continuidade, se caracteriza o modelo de MERCOSUL intrínseco à política exterior brasileira, o qual contém os seguintes elementos constitutivos: a centralidade dos governos, a vontade política centrada na figura dos presidentes, a opção pela via diplomática de solução dos conflitos em detrimento da institucional, a manutenção do modelo de união aduaneira para preservação da autonomia a defesa do modelo democrático e a estratégia de integração voltada a pautas mais consolidadas e menos polêmicas (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012).

A intergovernamentalidade e a dificuldade em lidar com as assimetrias sociais, de estrutura de poder e formação econômica existente entre os Estados, obstam a transposição dos custos financeiros, sociais e institucionais inerentes à formação de uma estrutura supranacional de governança (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Porém, com máxima flexibilidade e mínima institucionalização, o sistema intergovernamental tem se mostrado fundamental à resiliência institucional do bloco em meio a crises cambiais, sucessões presidenciais e de governo e mudança no espectro ideológico na política externa dos países signatários

Sob o enfoque econômico, de acordo com os dados do Ministério da Economia (Comex Stat) e do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL (SECEM), ocorreu crescimento do montante de importações e exportações Brasil-MERCOSUL a partir de 2020. Em termos de balança comercial, ainda há fôlego para o Brasil que, em 2019, somou superávit de US\$ 2 bilhões, importando US\$ 13 bilhões e exportando cerca de US\$ 15 bilhões para os países do MERCOSUL (MRE, 2020).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assinatura do Tratado quadrilateral de Assunção estava imbuída de um sentimento de pertencimento comunitário latino-americano que em 2022 completa 31 anos. A intergovernamentalidade, na qual se funda a arquitetura jurídico-institucional do MERCOSUL, transfere aos países-membros a necessidade de comprometimento e coordenação internas com vistas à integração, posto que o papel presidencial é determinante no andamento do processo de integração do Mercosul e os atores domésticos detêm grande capacidade de intervenção sobre as negociações.

Convivendo com a genética personalista dos países signatários – único bloco econômico composto apenas por regimes presidencialistas - e as divergências entre seus membros, o bloco encontra na adaptabilidade o seu maior trunfo contra boicotes políticos e o (des)conhecimento da

sociedade latino-americana acerca de seus avanços, sendo este, também, o cerne da pesquisa: perquirir a necessidade do bloco se adaptar novamente à agenda contemporânea de integração regional afetada por um realinhamento político intra-Mercosul, no qual o Brasil é peça chave.

A análise da agenda extrarregional brasileira, do estreitamento das relações sino-brasileiras ao distanciamento do Mercado Comum do Sul, combinada à análise de conteúdo dos posicionamentos presidenciais (2016-2021) sobre integração regional disponibilizados publicamente pelo Ministério das Relações Exteriores, permite concluir que a retórica da diplomacia presidencial a partir da “virada para a nova direita” acentua a postura de distanciamento regional.

Nesse cenário, possui ênfase a alteração da política migratória e os retrocessos em matéria de sustentabilidade, já que esta se impõe, cada dia mais, como baliza para a expansão das relações comerciais entre blocos econômicos. No entanto, constata-se que este cenário de paralisia do bloco possui raízes históricas advindas de governos anteriores e do “modelo de MERCOSUL” da Política Externa Brasileira, tendo os discursos oficiais da diplomacia presidencial (2016-2021).

Feita a correlação, a análise entre os temas não procurou ser causal. Em primeiro lugar, pois se reconhece que a integração regional deve ser encarada enquanto política de Estado, balizada por tratados e acordos, para além de decisões unilaterais de governos e do voluntarismo intrínseco à genética presidencialista dos países signatários. Ademais, o cenário de dissensos e assimetrias que corroboram para a paralisia decisória do MERCOSUL não é exclusividade do período 2016-2021 e possui origens que remontam à política externa do governo Fernando Henrique Cardoso, poucos anos após a institucionalização do bloco.

A despeito da falta de (motiv)ação dos chefes de Estado na qualidade de atores do processo integrativo nas relações Sul-Sul, enquanto projeto inacabado de integração, ainda é possível demonstrar a resiliência institucional dessa União aduaneira *sui generis*, com balança comercial superavitária MERCOSUL-Brasil e importantes avanços na seara social, embora não divulgados pela grande imprensa. Essa capacidade de adaptação configura esperança para os desejosos da efetivação do princípio da solidariedade pan-americana e da integração enquanto valor regional a ser preservado.

\*Artigo recebido em 01 de junho de 2022,  
aprovado em 10 de outubro de 2022.

## REFERÊNCIAS

AFP. “Uruguai sacode tabuleiro do MERCOSUL e buscará negociações comerciais fora do bloco”. **Estado de Minas – Internacional**. 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/07/07/interna\\_internacional,1284396/](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/07/07/interna_internacional,1284396/)



uruguaui-sacode-tabuleiro-do-mercosul-e-buscar-negociacoes-comerciais-fora.shtml. Acesso em: 25/07/2022.

Aprovação pela UE de acordo com Mercosul deve ficar para 2021. **Folha de São Paulo**, Bruxelas. 2019. Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/aprovacao-pela-ue-de-acordo-com-mercosul-deve-ficar-para-2021.shtml>. Acesso em: 15/01/2022.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO – ALADI (2019). Disponível em: <https://www.aladi.org/sitioaladi/language/pt/aladi-4/>. Acesso em: 25/11/2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011 [1977].

BOLSONARO, J. (2019). Mensagem ao Congresso Nacional: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. 2019. Disponível em <http://www.casacivil.gov.br/centraldeconteudos/downloads/mensagem-ao-congresso-2019>. Acesso em: 07/03/2022.

BRASIL/MRE. Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia: resumo informativo elaborado pelo governo brasileiro. 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/politica-externa-comercial-e-economica/2019\\_10\\_24\\_\\_Resumo\\_Acordo\\_Mercosul\\_UE\\_CGNCE.pdf](https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/politica-externa-comercial-e-economica/2019_10_24__Resumo_Acordo_Mercosul_UE_CGNCE.pdf). Acesso em: 05/12/2021.

BRASIL/MRE. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, 25 de mai. 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/1769652>. Acesso em: 07/03/2022.

BRASIL/MRE. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria n. 666, de 25 de julho de 2019. Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. Diário Oficial da União, 26 de jul. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569>. Acesso em: 10/01/2022.

BRASIL/MRE. PLANALTO. Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0350.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm). Acesso em: 17/03/2022.

CAETANO, Gerardo; LÓPEZ BURIAN, Camilo; LUJÁN, Carlos. El Brasil de Bolsonaro, las orientaciones posibles de su política exterior y el futuro del regionalismo en Sudamérica. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 28, n. 1, p. 95-130, 2019.

CAMARGO, Sonia de. Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 57-90, 2006.

CARNEIRO, Júlia Dias. “UE fechou acordo 'com pressa' porque Mercosul está em situação frágil, diz Celso Amorim” BBC Brasil, 28 jun 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48808097>. Acesso em: 08/05/2022.

CAVALHEIRO, C. Marcuzzo do Canto. **Assessing the Brazilian-Chilean bilateral relations: public diplomacy, nation branding and presidential diplomacy**. Tese de Doutorado. Leiden University, 2017.

COMEX STAT – Portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acessado em 12/04/2022.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. **Direita, volver**, p. 115-144, 2015.

COLOMBO, Sylvia. Brasil assume presidência do Mercosul nesta quinta em meio a isolamento argentino. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/brasil-assume-presidencia-do-mercosul-nesta-quinta-em-meio-a-isolamento-argentino.shtml>. Acesso em: 01/09/2022.

CRISE na Venezuela: Brasil e EUA reconhecem líder da oposição Juan Guaidó como presidente interino do país. BBC News, 23 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46980502>. Acesso em: 01/09/2022.

CRUZ, Sebastião Velasco. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. **Direita, volver**, p. 13-48, 2015.

CULPI, Ludmila Andrzejewski; MÈRCHER, Leonardo; PEREIRA, Alexsandro Eugênio. Argentina e Brasil no alinhamento das práticas de xenofobia: uma investigação dos governos Macri e Bolsonaro. **Conjuntura Global**, v. 10, 2021.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial: história e crítica**. Sérgio Danese. – 2. ed. rev. – Brasília : FUNAG, 2017.

LIMA, Izabelle Carvalho; ARAÚJO, Maria Laís Alves de; DE ASSIS, Raimundo Jucier Sousa. Uma Investigação sobre a "Virada Política" da Nova Direita na Região da América Latina, **Revista Continentes**, [S.l.], n. 18, p. 67-95, jul. 2021.

MADUREIRA, Carolina Pereira; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **Os riscos de (des)integração do MERCOSUL à luz da “virada para a nova direita” na política externa brasileira (2016-2021)**. In: Anais do Congresso Internacional em Comemoração aos 30 Anos do MERCOSUL e 22 Anos do NEADI. Curitiba (PR) PUCPR, 2021.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Uma análise das limitações estruturais do Mercosul a partir das posições da política externa brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, p. 23-41, 2012.

MERCOSUL não pode continuar sendo sinônimo de ineficiência, diz Bolsonaro. **Poder 360º**, 08 de jul. de 2021. Disponível : <https://www.poder360.com.br/governo/mercosul-nao-pode-continuar-sendo-sinonimo-de-ineficiencia-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 26/09/2022.

MERCOSUR - **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL**. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/?language=pt>. Acesso em: 17/09/2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no encerramento da LVIII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados** (videoconferência) - Palácio do Planalto. Ministério das Relações Exteriores, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2021/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-encerramento-da-lviii-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-videoconferencia-palacio-do-planalto>. Acesso em: 16/02/2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, em Sessão Plenária da VIII Cúpula das Américas** – Lima/Peru, 14 de abril de 2018. Ministério das Relações Exteriores, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discorso-do-presidente-da-republica-michel-temer-em>

sessao-plenaria-da-viii-cupula-das-americas-lima-peru-14-de-abril-de-2018. Acesso em: 16/02/2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante a Sessão Plenária dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul, Estados Associados e Convidados Especiais** - Assunção, Paraguai, 18 de junho de 2018. Ministério das Relações Exteriores, 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cúpula do G20** (videoconferência) - Palácio do Planalto. Ministério das Relações Exteriores, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cupula-do-g20-videoconferencia-palacio-do-planalto>. Acesso em: 16/02/2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Cúpula de Líderes do BRICS** (videoconferência) - Palácio do Planalto. Ministério das Relações Exteriores, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-de-cupula-de-lideres-do-brics>. Acesso em: 16/02/2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Sessão Plenária dos Chefes de Estado durante a LIV Cúpula do MERCOSUL**- Santa Fé, Argentina, 17 de julho de 2019. Ministério das Relações Exteriores, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-sessao-plenaria-dos-chefes-de-estado-santa-fe-argentina>. Acesso em: 16/02/2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial** – Brasília, 1º de janeiro de 2019. Ministério das Relações Exteriores, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>. Acesso em: 16/02/2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso de posse do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França** – Brasília, 06/04/2021. Ministério das Relações Exteriores, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-de-posse-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-carlos-alberto-franco-franca>. Acesso em: 16/02/2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-embaixador-ernesto-araujo-na-cerimonia-de-posse-como-ministro-das-relacoes-exteriores-em-brasilia-02-01-2019>. Acesso em: 07/01/2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Conselho do Mercado Comum** – MERCOSUL – 15/12/2020. Ministério das Relações Exteriores, 2020. Disponível em: [https://funag.gov.br/images/2020/NovaPoliticaExterna/96\\_CMC-2020.pdf](https://funag.gov.br/images/2020/NovaPoliticaExterna/96_CMC-2020.pdf). Acesso em: 16/02/2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Cúpula Presidencial do PROSUL** - 12/12/2020. Ministério das Relações Exteriores, 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-ministro-ernesto-araujo-na-cupula-presidencial-do-prosul>. Acesso em: 16/02/2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota à imprensa nº 161/2020**: LVII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e LVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum - 15 e 16/12/2020. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/lvii-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-e-lvii-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum-15-e-16-de-dezembro-de-2020](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/lvii-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-e-lvii-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum-15-e-16-de-dezembro-de-2020) Acesso em: 29/05/2022.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0350.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm). Acesso em: 02/10/2022.

MESQUITA, Lucas Riberito. Trajetória da participação social no MERCOSUL: incremento participativo e dependência estatal. In: **MERCOSUL 30 anos: caminhos e possibilidades**. Organização: Gustavo Oliveira Vieira. Curitiba: Instituto Memória. Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2021, p. 258- 269

MENDES, José Aurivaldo Sacchetta Ramos; DE MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 247, p. 302-321, 2019.

MOLINA, Frederico Rivas; GÓRTAZAR, Naiara Gallaraga. Celebração de 30 anos de Mercosul vira troca de farpas e pedidos de flexibilização que isolam Argentina. **El País**. Buenos Aires, 26 de março de 2021.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). **Revista Neiba**, Cadernos Argentina Brasil, v. 9, n. 1, 2020.

NEGRI, Amanda Louise; ANDRETTA, Juliane Tedesco; PENKAL, Lígia Loregian. **A política externa brasileira como obstáculo para a ratificação do Acordo MERCOSUL-UE**. In: Anais do Congresso Internacional em Comemoração aos 30 Anos do MERCOSUL e 22 Anos do NEADI. Anais. Curitiba (PR) PUCPR, 2021.

PENNAFORTE, Charles; DA SILVA RIBEIRO, Genaro; KARKOW BONES, Nairana. **Acordo Mercosul-União Europeia: entre o discurso e a realidade. Impactos e Perspectivas**. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/79150>. Acesso em: 12/12/2021.

PRETO, Alessandra Falcão. **O conceito de diplomacia presidencial: o papel da Presidência da República na formulação de política externa**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RAMOS, Vitória Almeida; CALANDRIN, Karina Stange. Ascensão do conservadorismo na Argentina e Brasil na redemocratização. **Conjuntura Global**, v. 10, n. 3, 2022.

RUSEISHVILI, Svetlana; CHAVES, João. Deportabilidade: um novo paradigma na política migratória brasileira?. **Plural**, v. 27, n. 1, p. 15-38, 2020.

SAIBA mais sobre o Mercosul. Ministério das Relações Exteriores, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mercosul/saiba-mais-sobre-o-mercosul/saiba-mais-sobre-o-mercosul>. Acesso em: 16/02/2022.

SALGADO, Vitória Totti; BRESSAN, Regiane Nitsch. O acordo de associação Mercosul-União Europeia e a política externa brasileira. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 9, n. 1,

2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/50950>. Acesso em: 01/10/2022.

SANTOS, Fabiano; SZWAKO, José. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 40, n. SPE, p. 114-121, 2016.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. Economia política da integração regional: uma comparação entre Índia e Brasil. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 7, n. 1, p. 41-62, 2019.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia internacional**, n. 99, p. 151-186, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-56122019000300151&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-56122019000300151&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 30/06/2022.